

MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE: REVISÃO DE LITERATURA

Rita de Cássia Aguiar e Souza Silva¹
Raquel Quirino²

RESUMO

Dados do Censo escolar 2020 apontaram que mais da metade das matrículas na educação profissional técnica são de estudantes do sexo feminino. Dentre os Cursos Técnicos ofertados, destaca-se pelo quantitativo de alunas em idade reprodutiva o curso Técnico em Enfermagem. A mulher é classificada como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Diante do exposto surge o problema desse projeto de pesquisa, partindo da perspectiva das estudantes que são mães, questiona-se: como as alunas do curso Técnico em Enfermagem que são trabalhadoras e mães, vivem esses múltiplos papéis, se dividindo entre o trabalho remunerado, o trabalho doméstico, de cuidado com os filhos e a vida estudantil? Para tanto, por meio de embasamento teórico sobre a feminização da enfermagem, patriarcado, divisão sexual e social do trabalho doméstico, jornada múltipla de trabalho, bem como sobre os encargos sociais atribuídos à mãe, propõe-se uma pesquisa qualitativa por meio de entrevista semiestruturada cujo arcabouço teórico-metodológico para tratamento e interpretação dos dados obtidos será utilizada a teoria da análise do discurso crítica de Norman Fairclough, que, tem por objetivo visualizar concretamente a realidade na qual o sujeito de estudo se encontra através da interpretação do seu discurso durante a entrevista: conectores utilizados, fatores influenciadores externos, tom de voz, alterações de humor, relacionando esses elementos ao referencial teórico utilizado na pesquisa.

Palavras-chave: Mães Estudantes, Divisão sexual do trabalho doméstico, Curso técnico em Enfermagem.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. E-mail: rita.aguiar@ifsudestemg.edu.br ;

2 Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG.. E-mail: raquelquirino@cefetmg.br ;

INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido com base no referencial teórico utilizado no projeto de pesquisa MÃE, TRABALHADORA E ESTUDANTE! Estudo de caso com alunas do curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, a ser desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e insere-se na linha de pesquisa III: Processos Formativos na Educação Tecnológica que visa pesquisar sobre os processos formativos nas áreas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no âmbito educacional e nas relações sociais e de trabalho, enfatizando processos históricos, sociais, psicossociais e culturais; o desenvolvimento e mobilização de saberes e competências profissionais e docentes; relações entre trabalho, educação, ciência, tecnologia e sociedade nas suas várias interfaces.

Tendo como sujeitos de pesquisa mulheres alunas do curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Câmpus* Barbacena, busca compreender como se dá a vivência dessas mulheres em relação à maternidade, ao trabalho remunerado e a vida estudantil.

Evidenciam-se nos últimos anos que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL, 2021)

Durante quase 17 anos de experiência como docente da Educação Profissional Técnica de nível médio subsequente na área de enfermagem, sendo desses aproximadamente oito anos atuando no IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, essa pesquisadora pôde perceber que alunas que são mães, evadem do curso ou atrasam sua formação por não conseguirem conciliar a vida estudantil, o trabalho remunerado e a maternidade. Fato corroborado por Urpia e Sampaio (2009) quando afirmam que a mulher constitui um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino.

Nesse recorte de tempo: 2022-2024, o curso Técnico em Enfermagem do IFsudeste-MG *Campus* Barbacena, possui carga horária de 1600 horas, cujas 400 são dedicadas à atividades práticas em hospitais, Unidades Básicas de Saúde e instituições de longa permanência para idosos. Apesar de ser um curso noturno, a parte prática é oferecida nos períodos matutino e vespertino. Seu contingente é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino, sendo dos 93

alunos matriculados 77 do sexo feminino e 16 são do sexo masculino, o que significa que 83% dos estudantes do curso Técnico em Enfermagem dessa instituição é representado por mulheres.

Segundo Hirata (2016), por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível, passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

De acordo com Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas. Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013) declaram que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Para Bittencourt (2011) a conciliação entre estudo e maternidade é vivenciada como um período ainda mais desafiador por grande parte das mães estudantes que participam ativamente do mercado de trabalho.

Diante desse contexto, surge a necessidade de aprofundar estudos sobre a vivência do processo formativo do Curso Técnico em Enfermagem pelas estudantes que são mães.

METODOLOGIA

Foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica na qual se constatou escassez de produções acadêmicas referentes à mães estudantes na Educação Profissional, principalmente à mães estudantes do curso Técnico em Enfermagem. Para essa pesquisa, foram utilizadas as seguintes plataformas de busca: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), A plataforma da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Portal da Capes. A busca nos bancos de dados se deu a partir da utilização das palavras-chave: Mães Estudantes; Divisão sexual do trabalho doméstico; Curso técnico em Enfermagem.

Buscas realizadas utilizando as três palavras-chave simultaneamente não trouxeram resultados significativos para traçar o panorama de estudos realizados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar mais estudos que possibilitaram a fundamentação teórica para esse artigo. Porém, são

escassas publicações que analisam os desafios das mães estudantes da educação profissional e é nessa lacuna que a pesquisa realizada visa aportar contribuições.

Feminização da Enfermagem

Segundo Lopes e Leal (2005), a enfermagem se desenvolve como profissão regulamentada por meio de instituições religiosas, estando diretamente ligada ao cuidado doméstico às crianças, aos doentes e aos velhos, associado à figura da mulher-mãe: curandeira e detentora de um saber informal de práticas de saúde, transmitido de mulher para mulher.

As mesmas autoras afirmam ainda que a enfermagem brasileira, organizada e estruturada pelo paradigma “nightingaleano”, desenvolveu-se como uma profissão feminina, assim reconhecida em qualquer espaço da sociedade. O termo nightingaleano, de acordo com Carvalho (1989), refere-se à teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale na segunda metade do século XIX, na Inglaterra que apresenta como foco principal o meio ambiente, interpretado como todas as condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo, capazes de prevenir, suprimir ou contribuir para a doença e a morte.

Bagnato et al. (2007) apud Costa et al. (2013), reitera que na década de 1970, os cursos de auxiliar e técnico de enfermagem passaram a integrar a educação profissional de nível médio, sendo oferecidos como cursos técnicos profissionalizantes de curta duração, com duração mínima de um ano, e cursos técnicos de nível médio, com duração mínima de dois anos.

Segundo Hirata (2016), por ser um trabalho que vai ao encontro das necessidades dos outros, o cuidado foi exercido durante muito tempo por mulheres, no espaço doméstico, na esfera “privada”, de forma gratuita e realizado por amor, o que fez com que se destacasse como modelo das desigualdades sobrepostas ao gênero. Com a mercantilização, a prática feminina, gratuita e invisível, passou a tornar-se visível e considerada trabalho formal, podendo ser realizado até mesmo por homens.

Divisão sexual do trabalho doméstico e seus impactos na vida estudantil e profissional das mulheres que são mães

Urpia e Sampaio (2009) classificam a mulher como um grupo social com especificidades que a colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino. Dentre essas especificidades, destaca-se a maternidade,

cujo ônus se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, experienciando uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira. (BIROLI, 2018).

Corroborando com esse pensamento, Probst (2015) afirma:

As mulheres dedicam-se tanto ao trabalho quanto o homem e, quando voltam para casa, dedicam-se com a mesma intensidade ao trabalho doméstico. Embora alguns homens ajudem em casa, não chegam nem perto da energia que a mulher tende a dar (PROBST, 2015, p. 04).

Muraro (1992 p. 63) afirma que com a divisão sexual do trabalho reforçada pelo patriarcado, a maior parte dos trabalhos passa a ser feita pelas mulheres, o que vai ao encontro do que defende Hirata (2018) quando destaca a divisão sexual do trabalho doméstico como gerador de desigualdades gritantes, maiores ainda do que se diz respeito à divisão sexual do trabalho profissional.

Urpia; Sampaio (2009) destacam também as relações de gênero, o próprio papel de esposa e o exercício da maternidade, como indicadores de que a sociedade ainda enxerga a mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos e com os trabalhos domésticos, muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna no dia a dia, aumentando ainda mais a sobrecarga física e emocional.

Hirata (2010) relaciona a precarização das condições de vida que as mulheres estão subordinadas à precarização familiar. A autora defende que a divisão sexual do trabalho profissional, não pode mudar sem mudanças na divisão do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Estudos evidenciam o quanto as mães estudantes passam por dificuldades, não conseguindo estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seus cursos por não conseguirem conciliar uma jornada quádrupla de trabalho constituída pela maternidade, afazeres domésticos, estudo e trabalho remunerado fora de casa. (BITENCOURT, 2017; AMORIM, 2012; URPIA, SAMPAIO, 2011).

Úrpia e Sampaio (2009); Silva et al. (2015); Menezes et al., (2012); Gonçalves; Ternovoe (2017) indicam alguns aspectos que comprometem o bom desempenho acadêmico das mães estudantes aumentando a sobrecarga física e mental: relações de gênero, divisão sexual do trabalho doméstico, o exercício da maternidade.

Segundo Vieira (2018), fica evidente que a autocobrança por parte das mães estudantes é sem dúvida um dos principais desafios dessas mulheres, visto que além do papel de mãe e estudante, ainda têm que administrar a culpa gerada

em ter que “deixar” os filhos para estudar. Levando estas mães não somente à dúvida de seu potencial como mãe, mas também à dúvida em relação a busca da realização profissional, onde não conseguem dar total atenção a suas tarefas universitárias, levando a desmotivação e dúvidas do curso de graduação escolhido.

A desproporção do tempo e esforço dedicados à família, sendo desfavoráveis às mulheres, implicam na disposição de tempo, recursos e dedicação para sua educação, profissionalização e trabalho. Por isso, mesmoma atualidade as mulheres ocupando vários espaços que antes lhes eram restritos, a desigualdade ainda persiste sobre as possibilidades de efetiva ascensão do grupo como um todo, principalmente quando se compreende que dentro dessa coletividade ainda há agravantes sob sua condição, como a raça e a classe (BIROLI, 2018).

Hirata (2010) defende a necessidade de pensar em uma “nova equação entre Estado, Mercado e família” para que mudanças ocorram na divisão sexual do trabalho atual, que se trata de uma divisão desigual que discrimina a mulher e não configura a igualdade de gênero que se espera. A mesma acredita que a divisão sexual do trabalho não pode mudar sem mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, na divisão sexual do poder e do saber na sociedade.

Necessidade de políticas públicas que contribuam com a permanência de mães estudantes nas instituições de ensino

Nos últimos anos a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras. Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL, 2021). Ainda, apesar desse crescente aumento nas matrículas de estudantes do sexo feminino na educação profissional, pode-se afirmar que algumas dessas estudantes podem vivenciar dificuldades durante seu processo formativo, que podem levá-las inclusive à evasão do curso. A partir disso, ressaltamos o pensamento de Santos (2011):

Vale mais designar a área do acesso como a área do acesso/permanência ou área do acesso/permanência/sucesso uma vez que o mais importante que garantir o acesso seja garantir o acesso a permanência e o sucesso para estudantes oriundos de classes ou grupos discriminados. (SANTOS, 2011)

Para Gonçalves; Ternovoe, (2017), a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos constitui outro fator

dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e a vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais. Esse pensamento vai ao da definição de *equidade* do dicionário online Michaeléis (2020) como: “Consideração em relação ao direito de cada um independentemente da lei positiva, levando em conta o que se considera justo”.

Segundo Sígolo *et al* (2021), os movimentos de mulheres e feministas tiveram uma importante atuação na luta e conquista pelos direitos humanos das mulheres brasileiras; mas, no que se refere ao direito a educação, a questão do acesso e escolarização foi vista como resolvida devido aos indicadores educacionais apresentarem as mulheres com trajetórias escolares mais homogêneas e duradouras do que os homens. No entanto, a mesma autora parafraseando Sandra Unbehaum (2014), nos diz que considerando a expansão do campo de estudos e pesquisa em gênero e educação no país e os investimentos em políticas educacionais nas duas últimas décadas, pouco se avançou na consolidação da temática nos currículos de formação inicial de professores, bem como na constituição de práticas curriculares.

Sígolo *et al* (2021) refletem ainda sobre a complexidade próprio conceito de gênero, que, em sua multifacetada configuração, implica abordar e problematizar a diversidade sexual e os comportamentos e vivências sexuais, as constituições identitárias de gênero e, ao mesmo tempo, implica a sua desconstrução - enfrentar as discriminações de gênero, identificar os processos de generificação das relações sociais, econômicas e políticas, com impacto no mercado de trabalho, nas relações familiares, na ocupação de espaços de participação política, entre outras dimensões das relações humanas, nas quais a ordem patriarcal heteronormativa historicamente atua. A autora enfatiza que a rejeição de qualquer discussão que utilize o conceito de gênero, está também relacionada ao que pode-se definir como uma fragilidade da temática de equidade de gênero, sendo esse um problema da sociedade como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Evidencia-se que nos últimos anos que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica cresceu muito em todo o país, principalmente com o aumento da inserção feminina nos cursos técnicos presentes em todas as regiões brasileiras.

Dados do Censo Escolar 2020 mostram que do total de 1,8 milhão de matrículas do ensino técnico de nível médio, 59,6% são de estudantes do sexo feminino. (BRASIL,2021)

Dos Cursos Técnicos Profissionalizantes de nível médio ofertados em instituições de ensino públicas ou privadas, nota-se que o curso Técnico em Enfermagem destaca-se por seu quantitativo de alunas em idade reprodutiva. Em exemplo podemos citar o IF Sudeste MG *Campus* Barbacena, cujo contingente é majoritariamente constituído por estudantes do sexo feminino, sendo dos 93 alunos matriculados para os anos letivos 2022-2024, 77 são do sexo feminino e 16 são do sexo masculino.

Para Urpia e Sampaio (2009) o público feminino constitui um grupo social com especificidades que o colocam em desvantagem em relação à sua permanência em instituições de ensino.

Biroli (2018) enfatiza dentre essas especificidades a maternidade, cujo ônus se encontra principalmente no contexto da divisão sexual do trabalho reprodutivo, na qual a mulher deve cuidar dos filhos e do lar, vivendo uma maternidade sufocada por sobrecargas, mitigação de direitos e carência de autonomia, além de delinear de forma precária a vida da mulher principalmente no que tange a educação e carreira.

Gonçalves; Ternovoe, (2017), evidenciam a falta de flexibilidade por parte das instituições de ensino, com horários rígidos e regimentos constitui outro fator dificultador no processo formativo de mães estudantes. As autoras defendem ainda que embora a instituição de ensino procure tratar todos os alunos de maneira igualitária, para evitar injustiças, no que se refere ao gênero e a vida pessoal das mães estudantes, é preciso considerar que elas já se encontram em situação desigual porque não tiveram oportunidade de se profissionalizarem quando ainda não tinham filhos e nem tantas responsabilidades domésticas e profissionais.

Durante quase 17 anos de experiência como docente da Educação Profissional Técnica de nível médio subsequente na área de enfermagem, sendo desses aproximadamente oito anos atuando como docente do IF Sudeste-MG *Campus* Barbacena, essa pesquisadora pôde perceber que apesar do referido curso significar para muitas alunas a primeira oportunidade de profissionalização, algumas se evadem do curso ou atrasam sua formação por não conseguirem conciliar a vida estudantil, o trabalho remunerado e a maternidade.

No entanto, para a elaboração do projeto de pesquisa cujo referencial teórico embasou a construção desse artigo, buscas realizadas utilizando as palavras-chave: mães estudantes; educação profissional; divisão sexual do trabalho doméstico; curso Técnico em Enfermagem simultaneamente não

trouxeram resultados significativos para traçar o panorama de estudos realizados até momento. Quando pesquisadas separadamente, foi possível encontrar alguns estudos que possibilitaram a fundamentação teórica para esse artigo.

Foram encontrados estudos que relatam a vivência do processo formativo de alunas que são mães no ensino superior e no ensino médio, todavia, são escassas publicações que analisam os desafios das mães estudantes da Educação Profissionalizante de nível médio, mais ainda no que tange os cursos Técnicos em Enfermagem. É nessa lacuna que essa pesquisa realizada visa aportar contribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser uma profissão que se desenvolveu por meio de instituições sacras e por estar ligada diretamente à práticas domésticas de cuidado a enfermagem de nível técnico ainda é considerada por muitos como uma profissão feminina, o que é reforçado pelo expressivo contingente de mulheres em cursos Técnicos em Enfermagem. No entanto, evidencia-se na literatura, que o público feminino tem especificidades no que tange a permanência e conclusão de cursos profissionalizantes destacando-se dentre essas especificidades o exercício da maternidade.

Esse fato é associado à divisão sexual do trabalho doméstico no qual a mulher é responsável pelos afazeres da casa, cuidado com os filhos muitas vezes sem nenhuma colaboração paterna, o que aliado ao trabalhoremunerado aumenta a sobrecarga física e mental.

Estudos revelam que as estudantes que são mães passam por dificuldades para estudar por estarem cansadas, atrasando ou desistindo de seu curso por não conseguirem conciliar uma jornada múltipla de trabalho. O tempo e esforço dedicados à família, implicam na disposição de tempo e recursos para a profissionalização. No entanto foi observada escasses de estudos referentes às mães estudantes da Educação Profissionalizante de nível médio.

Diante do exposto, além de mais estudos sobre estudantes que são mães na Educação Profissionalizante de nível Médio, principalmente sobre mães estudantes do curso Técnico em Enfermagem, nota-se a necessidade de políticas públicas e políticas institucionais que favoreçam a permanência e formação dessas mulheres tendo em vista essas já se encontram em desvantagem por não terem conseguido se profissionalizarem antes de serem mães.

REFERÊNCIAS

AMORIM, T.C.S. **A formação acadêmica das mães universitárias do campus Clóvis Moura: Um olhar para a qualidade.** Campina Grande, Editora REALIZE, 2012. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/ae0eb3eed39d2bcef4622b2499a05fe6.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BAGNATO MHS, BASSINELO GAH, LACAZ CPC, MISSIO L. Ensino médio e educação profissionalizante em enfermagem: algumas reflexões. **Rev. Esc. Enferm.** USP. 2007;41(2):279-86.

BIROLI. Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BITENCOURT, S. M. **Candidatas à ciência: a compreensão da maternidade na fase do doutorado.** Florianópolis, SC, 2011. 344p.: Tese(doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BRASIL. Ministério da Educação, (2021). **Participação feminina cresce na educação profissional e mulheres se destacam no campo da pesquisa científica.**

Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/participacao-feminina-cresce-na-educacao-profissional-e-mulheres-se-destacam-no-campo-da-pesquisa-cientifica>. Acesso 16 junho de 2022

COSTA, F. da C., BORGES, E. L., & VIESSELI DONOSO, M. T. (2013). **Perfil dos alunos de curso Técnico de Enfermagem de uma escola particular em Minas Gerais.** *Revista De Enfermagem Do Centro-Oeste Mineiro.* <https://doi.org/10.19175/recom.v0i0.327>

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social.** (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001

GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. **Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa.** *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero.* Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, 2017, p. 116-142.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. SUR - **Revista Internacional de Direitos Humanos**, n.24, 2016, p. 53-64.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **TrabalhoNecessário**, ano 16, n. 29, 2018, pp. 14-27. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195> acesso em: 20/04/2023

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Tema Trabalho e Gênero**. 2010, p. 45-49. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2010/revista_2edicao_trabalho_dez2010.pdf acesso em 20/04/2023

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: pesquisa, planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa elaboração, análise e interpretação de dados**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINAYO, M.C.S. (2013). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (13ª Ed). São Paulo, SP: Editora Hucitec.

MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.63.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem: o que é e o que não é**. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3.ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

SÍGOLO, V. M., Gava, T. & Unbehaum, S. (2022). Equidade de gênero na educação e nas ciências: novos desafios no Brasil atual. **Cadernos Pagu**, (63), e216317. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8668816>. Acesso: 16 junho de 2022

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico:dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, vol. 3 (2) 2009

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador:EDUFBA, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 30 maio de 2022

VIEIRA, Ailane Costa et al. **Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática**. 2018. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/bitstream/prefix/1080/1/TCC_VivenciasMaternidadeGraduação.pdf. Acesso em: 16 junho de 2022